



Um olhar sobre a exclusão socioeconômica e a falta de integração entre programas públicos de habitação e ações para desenvolvimento dos beneficiários: um estudo no Condomínio Popular Parque Morada Real, em Belo Campo-BA

Autoria: Luana Lima Bittencourt Silva¹

¹Bacharelada em Administração, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, luanna.llb@gmail.com

Resumo

A desigualdade social tem ganhado espaço nas discussões da sociedade brasileira, pois se busca através delas, estabelecer soluções cabíveis e viáveis que possam contribuir para um processo de inserção social, voltado às camadas mais pobres e necessitadas da população. No que tange à realidade habitacional, esta não é sempre favorável ao desenvolvimento humano. Assim, além de privar o indivíduo de uma moradia digna e de perspectivas de uma vida melhor, o déficit habitacional faz com que a desigualdade e a exclusão social prevaleçam. Nessa perspectiva, este artigo destinou-se a fazer uma análise voltada para a observação da exclusão socioeconômica e para a integração entre programas públicos de habitação e ações para desenvolvimento dos beneficiários. Como autores para embasamento teórico foram utilizados Secchi (2012), Pereira (2012), Januário et al (1999), Januzzi et al (2014), Sen (2000), Oliveira (2002), Lampreia (1995), entre outros. A pesquisa se caracteriza como teórico-empírica e descritivo-exploratória, com tratamento quali-quantitativo. Os principais achados foram falhas na gestão quanto ao atendimento dos objetivos propostos no projeto inicial, quanto à fiscalização, controle e implementação dos programas habitacionais. Percebeu-se, ainda, que não há integração entre outros programas e ações sociais com o programa de habitação. Dessa forma, conclui-se que há necessidade de pesquisa e ação da gestão pública em prol da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento socioeconômico dos beneficiários, entendendo que a função da gestão não se dá apenas até a entrega da casa popular, mas também, e talvez, principalmente, após essa etapa.

Palavras-chave: Gestão; Habitação; Políticas públicas.

Introdução

É possível perceber em todo o mundo os avanços da sociedade ao longo do tempo. Processos de inovação tecnológica, científica, ideológica, política, entre tantas outras áreas de abrangência global, têm se desenvolvido de forma expansiva, trazendo conquistas e perspectivas de melhorias no mundo. Entretanto, diante de tantos avanços, ainda se convive com o processo de exclusão social que não ficou estagnado no tempo, ou seja, observam-se diversas formas de diferenciações sociais no que tange o desenvolvimento socioeconômico de determinadas parcelas da população.

É notório que a desigualdade social tem ganhado espaço nas discussões da sociedade brasileira, pois se busca através delas, estabelecer soluções cabíveis e viáveis que possam contribuir para



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

um processo de inserção social, voltado às camadas mais pobres e necessitadas da população. Dessa forma, vários projetos têm sido elaborados e implementados a fim de gerar desenvolvimento social, melhorar a vida da população e mudar situações que geram exclusão social na tentativa de dar a essas pessoas oportunidades de se desenvolverem e conquistarem novos horizontes.

No que tange à realidade habitacional, esta não é sempre favorável ao desenvolvimento humano, visto que o déficit habitacional é um problema em diversas partes do mundo e no Brasil não é diferente. Muitas pessoas vivem em situação de risco ou em condições precárias de moradia, atualmente. Assim, além de privar o indivíduo de uma moradia digna e de perspectivas de uma vida melhor, o déficit habitacional faz com que a desigualdade e a exclusão social prevaleçam.

Entende-se que o conhecimento abrangente da realidade a ser modificada é uma ferramenta imprescindível para que os resultados esperados apareçam diante da implantação de um programa social. A implantação de programas sociais em uma localidade, por sua vez, deve ser pensada e planejada, tendo em vista as especificidades da população à qual se destina e as características do município. Ademais, entende-se que as ações e processos para implantação e/ou implementação de tais projetos precisam ser devidamente orquestrados, fiscalizados e controlados para que tenham efetividade e atendam aos objetivos propostos no planejamento.

Atualmente, o município de Belo Campo-BA possui um condomínio popular construído através do Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social e do Programa Minha Casa Minha Vida, que beneficia 199 famílias de baixa renda do município. Tendo em vista a importância do tema, a presente pesquisa destinou-se a fazer uma análise voltada para a observação da exclusão socioeconômica e para a integração entre programas públicos de habitação e ações para desenvolvimento dos beneficiários.

Esse artigo pretende, também, discorrer sobre os desafios, erros e acertos da gestão administrativa desses programas na cidade levando em consideração as etapas do processo de implantação, fiscalização, controle, implementação e ações de integração com outros projetos sociais a fim de dar melhores perspectivas e condições de desenvolvimento aos seus beneficiários.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em mais quatro seções. Inicialmente, o referencial teórico discorre sobre exclusão e desigualdade social, pobreza e desenvolvimento socioeconômico. Na sequência, apresentam-se os procedimentos metodológicos. Em seguida, discutem-se os resultados e análises dos dados coletados na pesquisa realizada no condomínio à luz do referencial teórico adotado. Por fim, a última seção é destinada às considerações finais.

Exclusão e desigualdade social

A desigualdade social perpassa por diversos campos, pois pode envolver questões raciais, situação econômica das pessoas, questões habitacionais, de educação, entre outros. Para Pereira (2012, p.735),

Fatos socialmente regressivos, ao lado de conquistas simbólicas ou economicamente promissoras, que conferem ao Brasil o título de país não propriamente pobre, mas injusto, ou campeão de desigualdade social, dada a secular defasagem entre seus feitos



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

econômicos (hoje ele é a sexta economia mundial) e seus fracos resultados sociais comparáveis.

Oriunda dos primórdios da colonização, a desigualdade social no Brasil se mantém, apesar da diminuição em alguns aspectos na sociedade atual, muito embora transformações estejam presentes na atualidade. Dentre essas transformações, destacam-se o crescimento da população urbana e a má estruturação organizacional das cidades que contribuem para que essa desigualdade se mantenha. Pereira (2012, p. 736) retrata a situação brasileira em virtude das políticas sociais, dada a decorrência de sua trajetória:

[...] na base desses déficits sociais residem duas principais determinações: a condição capitalista periférica do Brasil e, portanto, de seu desenvolvimento retardatário, dependente e desigual/combinado, além da sua cultura colonialista; e as ditaduras que golpearam o país, as quais, a despeito de seu empenho megalomaniaco de elevar o país à condição de grande potência mundial (como aconteceu, particularmente, no governo Geisel), castigaram severamente as camadas mais desprotegidas da sociedade, dado ao aumento da concentração de riqueza verificado.

Sobre a exclusão social, tem-se que, é um tema amplo e abordado pelas Ciências Sociais, Psicologia, Antropologia, Ciências Políticas e diversas outras áreas do conhecimento, que tentam entender e explicar a sua incidência, suas causas e os desafios para o seu enfrentamento. O fenômeno da exclusão social priva os indivíduos de oportunidades, afastando-os do ambiente social, econômico e cultural. Nessa perspectiva, a exclusão fere os princípios de igualdade e justiça entre a população, afetando o indivíduo não só na esfera social, mas psicológica e moral.

Observa-se que o conceito da expressão exclusão social não é atual. Segundo Lima (2009), o termo foi adotado na França, por volta de 1960, contudo, a exclusão sempre existiu em detrimento da diferenciação e da desigualdade encontrada em toda a história da humanidade.

Na Antropologia, a exclusão social é considerada como uma inadequação do indivíduo à sociedade em que vive, ao ser desvalorizado e excluído do meio social por causa de desvantagens econômicas, psicológicas, sociais ou outras. Nesta perspectiva, nota-se a amplitude da exclusão social e como tem relação com o detrimento da própria estrutura social em que se vive. A exclusão se dá, até mesmo, em virtude do modelo de desenvolvimento adotado por diversas nações, em que a desigualdade na distribuição de renda gera problemas sociais causadores da exclusão social e o número de pobres e miseráveis se encontra em nível crescente. Para Januário et al. (1999), a exclusão social surge, justamente, quando há uma desigualdade tão acentuada que os indivíduos passam a se sentir aquém da busca por oportunidades. Ou ainda, a exclusão é um processo cumulativo que perpassa ao longo do tempo, acentuando-se e persistindo em função do surgimento de novas formas de exclusão e, por conseguinte, perpetuando de geração a geração.

O aumento do desemprego – uma forma de exclusão social – gera pobreza, que, por sua vez, gera mais indivíduos excluídos. Deste modo, há ligação intrínseca entre os dois fenômenos, pois, enquanto houver lacuna no desenvolvimento socioeconômico do país, haverá mais indivíduos em situação de risco e exclusão na sociedade e, com isso, se gerará um ciclo de ruptura social, composto por falta de oportunidade, desemprego acentuado, aumento da pobreza e exclusão social (JANUÁRIO et al., 1999).

Ao se sentirem excluídos da sociedade, os indivíduos passam a não conseguir formar sua própria identidade nas relações sociais, como no mercado de trabalho, na comunidade em que



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

vivem e, até mesmo, na própria família (JANUÁRIO et al., 1999). Mas, é preciso ressaltar que a exclusão social não é medida apenas pelo baixo nível de renda do indivíduo, como se faz com a pobreza. Na exclusão social, há questões mais complexas e amplas a serem analisadas e pontuadas, visto que a exclusão encaminha o indivíduo à má estruturação familiar, isolamento social, carências habitacionais, entre outros. Com isso, percebe-se que a exclusão está ligada ao enfraquecimento da participação dos indivíduos nas redes e relações sociais (LIMA, 2009).

Pobreza

A pobreza pode ser vista como uma das dimensões mais acentuadas e perceptíveis da exclusão social. Oriunda da ideia de escassez de recursos materiais e econômicos se faz presente na vida de grande parte da população mundial. Com o passar do tempo, o conceito de pobreza começou a ser visto em dimensões mais amplas e complexas, ao se compreender que esse fenômeno é o causador de perdas de oportunidades comprometendo o desenvolvimento humano, social e econômico.

Para Sen (2000), a pobreza traz consigo a impossibilidade de desenvolvimento, além de privar o indivíduo de lutar por seus direitos, muitas vezes. Em outras palavras, o conceito de pobreza, está mudando, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1997 apud VIEIRA et al., 2012, p. 2),

A pobreza passa então a abranger múltiplos aspectos, quantitativos e qualitativos, que inclui insuficiência de renda; não ter acesso a bens, educação, saúde, energia elétrica, água encanada e saneamento básico; ter uma vida perigosa que pode ser abreviada prematuramente; ser excluído de voz e poder das instituições do Estado e da sociedade; não ter direitos civis e políticos respeitados; ter a dignidade, confiança e autorrespeito roubados.

Para Januzzi et al. (2014, p. 763),

Diferentes abordagens conceituais e analíticas vêm sendo empregadas na literatura brasileira e internacional nas duas últimas décadas para estudo e mensuração do fenômeno da fome, pobreza e extrema pobreza. Há estudos voltados ao dimensionamento da pobreza como expressão da insuficiência de renda disponível (pobreza monetária); aqueles que expressam pobreza como insuficiência de acesso e consumo de alimentos (desnutrição, subalimentação ou insegurança alimentar); pesquisas ancoradas na percepção da pobreza como a não satisfação de necessidades básicas monetárias e não monetárias dos indivíduos (pobreza multidimensional); estudos que tomam a pobreza como fenômeno de privação relativa e não absoluta de renda ou de outras dimensões socioeconômicas (pobreza relativa); e estudos que investigam a pobreza a partir do posicionamento autodeclarado dos indivíduos (pobreza subjetiva).

Ainda, segundo Hagenars e De Vos (1988 apud MARTINI, 2010), a caracterização da pobreza é denominada de três formas diferentes: pobreza absoluta, relativa e subjetiva. A pobreza absoluta é caracterizada pela condição de menos recursos do que o padrão mínimo de sobrevivência física. A pobreza relativa é ter menos posses do que os demais membros da sociedade em que se vive, sendo que tal privação afeta questões de convívio social e depende do modo de vida da sociedade. A pobreza subjetiva é considerada aquela em que o próprio indivíduo pode se autodenominar pobre caso sinta que não tem o suficiente para satisfazer as suas necessidades. De acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2000, p. 124),



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal. Contudo, podemos afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

Desta forma, a conceituação de pobreza se torna mais ampla e completa e, por conseguinte, torna-se mais fácil a elaboração de medidas de combate ao problema. Não se deve e nem se pode deixar de notar as conquistas oriundas das políticas públicas em combate à miséria e à diferenciação de classes nas últimas décadas, visto a ascensão econômica de muitos brasileiros e novos horizontes alcançados por estes no setor trabalhista, habitacional e no setor de consumo. Porém, é perceptível que nem todos os problemas estão resolvidos por conta da ascensão de alguns e é preciso repensar e procurar onde estão as falhas e as lacunas das políticas promovidas a fim de erradicar as desigualdades.

Desenvolvimento socioeconômico

Até o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), adotado pela Organização das Nações Unidas, no início da década de 1990, como meio de quantificar o desenvolvimento do país, o valor do PIB era esse fator de medida. Com o IDH passou-se a ver que é necessário avaliar mais indicadores para entender em que nível de desenvolvimento se encontra a população de um país, percebendo que o aumento da renda é importante, mas sua avaliação deve visar, principalmente, as melhorias na condição de vida da sociedade. Na composição do IDH, leva-se em consideração dimensões de renda, longevidade e educação. Segundo, Dubiel e Raiher (2013),

O progresso de um país ou de uma região deveria ser medido levando em conta, variáveis como a saúde, a qualidade dos serviços médicos e a qualidade da educação, considerando as condições de trabalho, os direitos legais e políticos que usufruem seus cidadãos, quais liberdades possuem para conduzir suas relações sociais e pessoais, como estruturam as relações familiares e como tais estruturas. (2013, p. 9)

Com isso, surgiu o debate sobre as diferenças entre desenvolvimento e crescimento, principalmente no campo econômico. É importante perceber que, apesar das diversas formas de se entender ou conceituar o termo “desenvolvimento”, elas não precisam ser excludentes, mas podem se aliar a fim de se complementarem, dando um sentido mais amplo ao termo.

De acordo, ainda, com Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205), desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento econômico, visto que “crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo”, enquanto “desenvolvimento é um conceito mais qualitativo, [...] de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, igualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”. Oliveira (2002) afirma, ainda, que o desenvolvimento é o resultado do processo de mudanças de ordem econômica, política, humana e social. O desenvolvimento seria então uma espécie de crescimento, resultado de incrementos na produção de renda a fim de satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano.

O desejo de alcançar o desenvolvimento socioeconômico pode ser visto como um fator de mobilização em busca de mudanças e de transformações sociais e individuais. Nesse contexto,



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

o nível de desenvolvimento socioeconômico em que o ser se encontra serve também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar.

Há de se ressaltar que o desenvolvimento, em qualquer conceituação, deverá ser resultado de um crescimento econômico atrelado a melhoria das condições de vida do cidadão e da sociedade como um todo, abrangendo todas as classes sociais, a fim de acabar com distinções e mazelas sociais como pobreza, desemprego, desigualdade, condições precárias de saúde, falta de alimentação, de educação e de moradia.

Assim, percebe-se que a discussão em torno do tema desenvolvimento tem relação com a vertente econômica e também social, ao passo que o indivíduo não se sente empenhado apenas a usufruir do poder de consumo, mas de ser participante social do “mundo” ao qual faz parte. Entende-se, então, desta forma, que a busca pelo ideal de desenvolvimento socioeconômico é medido através da melhoria da qualidade de vida do ser ao se levar em consideração o ideal de igualdade social, equidade econômica e justiça aos cidadãos. De acordo com Lampreia (1995, p. 17),

Tratar o tema do desenvolvimento social requer, antes de mais nada, enfrentar a questão das iniquidades sociais de toda ordem - gênero, raça, renda, emprego, acesso universal a bens de consumo coletivo, dentre outros - que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza.

O processo de desenvolvimento socioeconômico não se trata, então, apenas de um crescimento considerável na renda do indivíduo, ao lhe dar poder de compra e melhores condições de conforto. O desenvolvimento traz ao ser parâmetros de justiça, democracia, equidade, igualdade, que lhe possibilitam crescimento pessoal e social no conjunto de sua comunidade. Desta forma, é possível acrescentar que o desenvolvimento socioeconômico está intimamente ligado à qualidade de vida e a satisfação das necessidades humanas em todas as suas vertentes. Ao se fazer uma análise da realidade observada na atualidade, há nítida percepção de que não há possibilidade da existência de desenvolvimento socioeconômico se deixa-se de lado a parte da população em estado de miséria ou pobreza.

Numa visão holística, contemplando toda a sociedade, para que ocorra o desenvolvimento socioeconômico justo, é preciso que haja distribuição do crescimento econômico, orientada em decorrência da necessidade e da justiça social. O favorecimento de algumas regiões e grupos em detrimento das regiões com maior necessidade de recursos e das camadas à margem da sociedade é um fator a se considerar ao perceber que mesmo que um país demonstre estar se desenvolvendo, não há desenvolvimento de toda a população se a distribuição não for feita de acordo com os parâmetros de isonomia.

Procedimentos Metodológicos

A natureza da presente pesquisa é teórico-empírica, a qual se dedica “formular quadros de referência ou estudar teorias e se caracteriza por codificar a face mensurável da realidade social” (DEMO 1995, p. 13). Quanto ao tipo, caracteriza-se como descritivo-exploratória, ao buscar o alcance dos objetivos propostos com maior esclarecimento dos dados, credibilidade ao estudo feito e apego à realidade do objeto de estudo. A estratégia de pesquisa foi o estudo de caso, pois investiga um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, baseando-se em várias fontes de evidências (YIN, 2001).



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

A pesquisa realizada em janeiro e fevereiro de 2016 e a sua unidade de análise corresponde ao Condomínio Popular Parque Morada Real, construído com recursos do Programa de Subsídios à Habitação (PSH) e do Programa Minha Casa Minha Vida 2 (PMCMV2), na cidade de Belo Campo, Bahia. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belo Campo, 199 famílias foram contempladas com tal benefício. Dessa forma, considerando-se uma margem de erro de 6% e um nível de confiança de 96,41%, estabeleceu-se uma amostra probabilística de 128 unidades familiares.

Os instrumentos de coleta escolhidos para essa pesquisa foram: questionário estruturado, formulário semi-estruturado e observação sistemática não-participante. Foi realizada, também, uma análise documental do projeto de implantação do condomínio na cidade. Quanto ao tratamento, este deu-se de forma quali-quantitativa.

Conjunto Habitacional Parque Morada Real

O município de Belo Campo está inserido no território identidade de Vitória da Conquista e situado a 567 km de Salvador. É uma cidade pequena, com uma estimativa populacional de 18.383 habitantes, no ano de 2015. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, de acordo com as pesquisas de 2010, foi de 0,575 (IBGE, 2010). A cidade oferece poucas condições para o desenvolvimento econômico de sua população, possuindo escassas ofertas de emprego formal. Dessa forma, a contratação para o serviço público e o comércio da cidade são as opções mais recorrentes para os habitantes do município conseguirem um emprego fixo, mesmo com salários abaixo da média nacional e, muitas vezes, até mesmo inferior a um salário mínimo.

O Condomínio Popular Parque Morada Real foi construído através do PSH e do PMCMV. Devido ao porte da cidade, não há uma secretaria que se destine apenas à gestão dos programas sociais de habitação da cidade. A Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), então, é responsável por todo o planejamento, procedimento e controle desses programas na cidade. Atualmente, os programas possuem a mesma coordenação da SMAS que está no cargo há cerca de 6 anos, tendo sido escolhida por método de indicação. Não há equipe de coordenação específica para atender às necessidades dos beneficiários.

Para fins de esclarecimento é preciso relatar que a coordenação atual não é a mesma instalada desde o início do projeto do conjunto habitacional. Segundo a coordenação atual, o projeto para construção do condomínio começou a ser idealizada em 2005, através de reuniões de planejamento e programação, envio de documentos à CAIXA ECONÔMICA e licitação para a construção das 170 casas populares pelo PSH e recursos do FGTS, o que, basicamente, ocorreu também com as 29 outras casas posteriores, construídas com recursos do Banco Paulista através do PMCMV2.

Para elaboração do projeto das primeiras 170 residências, foi contratada uma pedagoga que fez as etapas de análise e planejamento da implantação do condomínio na cidade. Segundo o projeto a área destinada ao condomínio tem aproximadamente 45000 m², dividido em 18 quadras e atende a 850 habitantes, tendo em média 5 moradores por residência - o que não mudou muito na realidade atual, onde a partir da pesquisa descobriu-se média de 4 moradores por residência.

O loteamento escolhido para a construção do condomínio é localizado em região periférica (figura 1 - Bairro Morada Real), mas como a cidade passa por um processo de expansão urbana,



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

atualmente já existem diversas residências em torno do condomínio e os serviços básicos à população não são de difícil acesso. O condomínio está instalado próximo ao hospital municipal da cidade, o que por sua vez, facilita a utilização do serviço de saúde. Já quanto à segurança, este está bastante distante do posto policial, localizando-se no centro da cidade.

Figura 1: mapa da zona urbana de Belo Campo



Fonte: CARDOSO, 2011

As casas construídas no condomínio são de estrutura básica e simples. Assim, as residências construídas através do PSH são compostas por uma sala, dois quartos, cozinha, banheiro e lavanderia, enquanto as do PMCMV contém a mais apenas uma área externa. O piso não possui revestimento cerâmico e as portas e janelas são de materiais bastante simples. Estas residências são doadas, ou seja, não geram custos econômicos aos beneficiários. Os moradores contam com serviços de energia elétrica e rede de água, porém não têm rede de esgoto. Sobre a estrutura urbanística do condomínio, não há pavimentação asfáltica e nem praças organizadas para o lazer. O condomínio conta com uma escola de ensino fundamental em funcionamento, uma quadra poliesportiva e outras unidades escolares em construção.

De acordo com a coordenadora e com o projeto, como requisitos básicos para a inscrição no programa habitacional da cidade, foram estabelecidos os seguintes: estar cadastrado no CAD Único e possuir renda compatível com a estabelecida no projeto. Porém, de acordo com a própria coordenação o processo de inscrição foi falho no que tange à fiscalização sobre a validade das informações dadas pelos inscritos e isso, conseqüentemente, acarretou na má distribuição das casas próprias posteriormente.

No planejamento escrito, após o cadastro os interessados seriam classificados de acordo com os requisitos que mais atendessem às regras estabelecidas no projeto, observando-se maior situação de risco ou necessidade socioeconômica. Assim, seriam ordenados, conforme maior necessidade e contemplados com o benefício. Porém, na realidade houve diversas divergências, o que fez com que indivíduos que, realmente, necessitavam das casas, ficassem fora da lista e aqueles que possuíam renda maior e, até mesmo, residência própria fossem contemplados.

A partir dessa falha explícita da gestão e coordenação dos programas habitacionais, foi possível encontrar diversas residências que foram adquiridas de forma ilegal. Dentre as formas de aquisição ilegais percebidas, podem ser citadas a compra, o aluguel, a invasão, a troca e a cessão dos imóveis, o que comprova a não-necessidade de muitos dos beneficiários originais. Além de haver erros congruentes no processo de inscrição, percebeu-se que esses processos de ilegalidade continuam a ocorrer e, isto, com total conhecimento da SMAS, que é procurada pelos beneficiários desistentes dos imóveis onde relatam suas motivações.



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

Em análise feita a partir dos dados da pesquisa de campo, notou-se que o nível de desistência é de 65,63%. Este resultado reforça a necessidade de implementação da política habitacional e dos programas de habitação existentes na cidade. A documentação da casa, segundo a SMAS, ainda não pode ser transferida para o novo dono, pois deveria ser aberto um processo junto à CAIXA e órgãos Federais para que isso fosse feito. Quanto à motivação de não haver abertura desses processos não houve esclarecimento.

Para Secchi (2012), as políticas públicas, sejam elas de qualquer natureza, devem seguir um ciclo que engloba as etapas de identificação do problema, formação da agenda governamental, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção. Sendo assim, percebe-se que é necessário que haja por parte da gestão um controle dos processos e dos resultados de cada ação dos programas públicos que são implantados. Entende-se que a gestão não pode ser omissa quanto aos erros cometidos no início de um projeto e nem quanto aos problemas enfrentados após a sua implantação. Se os gargalos dos programas são de conhecimento da coordenação, cabe à mesma avaliar os problemas, planejar e interferir a fim de gerar resultados satisfatórios e não, apenas, observá-los como se já não fossem sua responsabilidade.

De acordo com o projeto original da implementação do condomínio na cidade, este se justifica por sua pretensão em

contribuir de forma significativamente para a melhoria da condição de vida de famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, buscando a promoção da melhoria habitacional e, criar condições que visem minimizar as carências a curto e longo prazo através de ações de geração de renda colaborando assim para o desenvolvimento de um projeto de vida voltado para a promoção de cidadania. (PROJETO PARQUE MORADA REAL, 2005)

Como afirma Oliveira (2002) sobre o desenvolvimento, este é um processo de transformação integrado, no qual o aumento de renda é visto como uma das esferas necessárias para que o indivíduo consiga satisfazer suas necessidades. Assim, percebe-se a intenção da gestão em promover integração com outras políticas e programas públicos que possam garantir aos beneficiários uma melhoria econômica e social e que eleve o potencial de instabilidade e alcance de novos patamares na sociedade. Porém, de acordo com o que foi coletado na pesquisa junto aos beneficiários do Condomínio, nunca houve realização de tais ações. Entende-se, então, que há uma fragmentação e uma distorção entre planejamento e realidade, ao passo que não a gestão não põe em prática o previsto.

Como política pública social, a política habitacional, precisa focar na criação de sistemas de proteção social, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento dos indivíduos. Uma política habitacional não deve ser orientada apenas para oferecer uma moradia para o indivíduo, pois uma moradia, por si só, não é capaz de sanar as necessidades desse indivíduo, que vão além da necessidade de um local para residir. Nessa perspectiva, o projeto do Condomínio teve uma visão holística ao planejar as ações citadas acima, porém não houve resultados e nem implementação posterior para que estes fossem alcançados.

Segundo a coordenação são disponibilizados cursos profissionalizantes para os beneficiários, porém quando os chefes familiares foram questionados sobre a realização de algum curso profissionalizante após a mudança para o conjunto habitacional ou mesmo antes de se mudarem, deparou-se com uma realidade totalmente desfavorável para os moradores. Dos 128 moradores pesquisados, apenas 6 respondentes possuem algum tipo de curso profissionalizante: 3

35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

manicures, 1 produtora de sabonetes artesanais, 1 cozinheira e 1 operador de máquinas. Deste total, 5 fizeram o curso após se mudarem para o condomínio popular (Gráfico 1). Os 96,09% que não fizeram nenhum tipo de curso profissionalizante disseram que não ingressariam no momento, alegando falta de oportunidade gratuita para essa realização ou falta de desejo de investir em carreira profissional.

Gráfico 1 - Realização de curso profissionalizante pelo entrevistado



Fonte: Pesquisa de campo, 2016

Paugam (1996 apud FERRAZ, 2006) observa que a exclusão social pode ser gerada por empregos precários, ausência de qualificação, desocupação, privação material e moral e ainda pela desilusão do progresso. Diante disso, é preocupante a situação dos entrevistados em relação ao desenvolvimento profissional, visto que são pouquíssimos aqueles que conseguiram realizar algum curso profissionalizante e a falta de perspectiva está presente no depoimento da maioria. Não parece haver interesse em investir na carreira profissional ou galgar novos horizontes de emprego, além de uma situação de desilusão e conformismo com a situação em que vivem. Para Januário et al. (1999), a exclusão social surge, justamente, quando a desigualdade se acentua de tal forma, que o próprio indivíduo se sente aquém da busca por oportunidades – o que foi percebido em vários casos de entrevistados.

A falta de oportunidade, condições econômicas precárias ou falta de desejo para a realização de um curso profissionalizante não afeta apenas os chefes familiares, ao passo que se observa que dos demais moradores da casa, apenas 0,78% fizeram um curso profissionalizante, sendo estes de manicure. Percebe-se então a necessidade de que se investigue se os cursos estão sendo oferecidos e os beneficiários não estão tomando conhecimento ou mesmo se outras pessoas não-beneficiárias estão realizando os cursos que são voltados para os contemplados com as casas populares.

A maior parte dos entrevistados não possui uma profissão estabelecida e nem todos os que possuem uma profissão estabelecida encontram-se empregados. É perceptível que o nível de geração de empregos na cidade é baixo. Tendo em vista que Belo Campo é uma cidade pequena e interiorana, não há muitas opções de trabalho. As opções de emprego mais perceptíveis de emprego estão no serviço público, no comércio da cidade, em construções ou reformas particulares e na lavoura.

Partindo da premissa de que o nível de escolaridade influi no desenvolvimento profissional e de renda do indivíduo, é possível fazer uma associação entre a quantidade de moradores empregados com o seu nível de escolaridade. Quanto menor o nível escolar e a falta de cursos profissionalizantes, menores são as chances de encontrar um emprego ou mudar para um emprego melhor, visto a competitividade do mercado e a pouca oportunidade encontrada na cidade. Essa questão pode ser uma das motivações para a realidade profissional dos indivíduos entrevistados, visto que a maior parte dos entrevistados possui o nível fundamental incompleto, totalizando 50,78% da amostra e dentre todos os entrevistados, apenas uma chefe familiar se encontra matriculada para continuação dos estudos.



A pesquisa demonstra um alto número de analfabetos (16,41%) em comparação aos demais níveis de escolaridade, ao ocupar a 2º posição com maior quantidade de entrevistados. Se somado àqueles que apenas aprenderam a ler e escrever o próprio nome sem ter frequentado nenhum tipo de escola, os números se tornam, ainda, maiores. Analisou-se que não há índice de analfabetos com idade abaixo de 28 anos. Em contrapartida, 81,82% dos respondentes acima dos 57 anos são analfabetos.

Para Vasconcellos e Garcia (1998) o desenvolvimento está intimamente ligado à melhoria da qualidade de vida do indivíduo nas diversas áreas de abrangência social, dentre estas a saúde, educação e moradia. Perceptivelmente, no que tange à educação os beneficiários também não têm apresentado índices de melhoria. Nisto, a gestão tendo como objetivo planejado o desenvolvimento desses indivíduos, precisa promover ações efetivas que estimulem a inserção dos beneficiários na escola.

Ao se observar o percentual de respondentes que não concluiu o ensino médio (93,75%) e o baixo interesse em voltar a estudar ou iniciar a vida escolar, verifica-se que a situação é preocupante. Afinal de contas, na contemporaneidade, a escolaridade e a formação profissional são pilares do desenvolvimento socioeconômico. E, dificilmente, haverá melhoria no campo social e profissional sem continuidade educacional.

As profissões pessoais dos entrevistados, entre as mulheres, foram: doméstica, manicure, salgadeira, diarista, auxiliar de limpeza hospitalar e cuidadora de pessoa com deficiência. Quanto aos de sexo masculino, observou-se a presença de profissões como lavrador, pedreiro, ajudante de pedreiro, carregador de caminhão, operador de abertura de poços artesianos, operador de máquinas e padeiro. De acordo com os respondentes, suas profissões não se alteraram após o ingresso no condomínio.

A incidência de entrevistados que declaram não ter uma profissão ainda é bastante alta, representando 56,41% dos entrevistados de sexo masculino e 62,92% do sexo feminino. Em outros termos, 60,94% dos entrevistados ou “chefes familiares” do condomínio popular não possuem profissão declarada. As mulheres que declaram não ter profissão se consideram, em sua totalidade, “donas de casa”, e os homens declaram trabalhar em serviços gerais, esporadicamente, quando surgem.

A renda média mensal familiar atual, na maioria dos domicílios entrevistados, é de menos de 1 salário mínimo, ou seja, 67,19%. Antes de se mudarem para o condomínio popular, 68,75% dos moradores percebiam menos de 1 salário mínimo. Com isso, verifica-se uma queda inexpressiva, equivalente a 2 famílias que deixaram de receber menos de 1 salário mínimo. O número de famílias que ganha 1 salário mínimo, atualmente, aumentou 0,78% em relação à situação anterior à mudança para o conjunto habitacional. As famílias que ganham 2 salários mínimos atualmente também aumentaram na mesma proporção de 0,78% em relação à situação anterior.

A média da renda mensal familiar atual, por sua vez, gira em torno de R\$ 467,17 considerando os intervalos obtidos na pesquisa. Este valor corresponde a menos da metade do salário mínimo vigente (R\$ 880,00). Atrelando esse resultado à média de pessoas residentes na casa atual, que é de 3,89 pessoas por residência, o resultado demonstra que a média da renda per capita dos condôminos é de R\$120,10. Isso inclui a maior parte da população, como dentro da “linha de



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

pobreza”, de acordo com o Decreto nº 8.232, de 30 de abril de 2014, que refere-se a uma renda per capita de até R\$ 154,00.

Essa realidade se dá, até mesmo, em casas onde há trabalhadores fixos, porque os trabalhos ofertados na cidade, raramente, pagam o equivalente a um salário mínimo ou mais. O pagamento de salário mínimo se dá apenas em poucas empresas que têm empregados registrados pelo regime da Consolidação de Leis Trabalhistas ou instituições públicas, muito embora contratados da Prefeitura Municipal da cidade declararam ganhar em média a metade do valor do salário mínimo.

O aumento de renda, por si só, não produz melhoria da qualidade de vida do indivíduo, mas o ajuda a conseguir melhorias nas condições em que vive, trazendo a ele, conforto, maior poder de compra, aumento do estado de bem estar pessoal e familiar, bem como motivação para alcançar outros objetivos. Segundo Sen (2000), a riqueza tem utilidade maior pelas coisas que pode proporcionar ao indivíduo. A mudança na renda média familiar dos entrevistados foi inexpressiva, mas pode-se analisar que, ao sair do aluguel, o indivíduo tende a utilizar este valor para adquirir outras coisas, sejam itens de subsistência, melhorias estruturais na casa ou bens móveis ou imóveis. Isso foi observado no decorrer da pesquisa.

De acordo com Lampreia (1995), o desenvolvimento econômico não pode ser visto como parte isolada do desenvolvimento social, assim políticas públicas econômicas e sociais precisam existir a fim de gerar melhor distribuição de renda. Atualmente, percebe-se que o Programa Bolsa Família, um programa do poder público para desenvolvimento econômico, beneficia alguns dos moradores do condomínio, melhorando sua condição econômica, porém a renda média desses moradores ainda continua baixa e a taxa de desemprego é bastante alta. Ainda, a maior parte dos indivíduos entrevistados, possui os requisitos para receberem o benefício do PBF (renda per capita até R\$170,00), porém apenas 58 são beneficiários deste programa. Aqui, observa-se, também a falta de integração dos programas de políticas públicas sociais, ao passo que, entendendo a condição de vulnerabilidade socioeconômica desses beneficiários, deveriam ter acesso ao PBF, até mesmo, com prioridade de atendimento.

A composição da renda mensal familiar é, na maior parte das famílias entrevistadas, composta atualmente por apenas o valor recebido pelo Programa Bolsa Família (36,72%) ou apenas ganho esporádico (28,13%). Os que dependiam apenas do Programa Bolsa Família (PBF) antes de se mudarem caiu em 7,81%, enquanto os que dependiam apenas de ganho esporádico tiveram uma queda de 10,94%. Ainda, houve um aumento nos dependentes apenas do PBF.

Sobre a existência de ações sociais voltadas apenas para os beneficiários do condomínio popular, a coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) disse não haver. De acordo com a mesma, as ações são desenvolvidas para todos os referenciados, observando suas necessidades são inseridos no PAIF (Proteção de Atendimento Integral à Família) ou no SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos). Para as famílias cadastradas existem oficinas ocupacionais de desenvolvimento profissional de crochê e manicure.

Um dado contrastante se dá entre a resposta dos moradores quanto à participação do CRAS e a resposta da atual coordenadora deste centro. A coordenadora diz haver 80 famílias, do conjunto habitacional Parque Morada Real, participantes do Centro de Referência e de suas ações, porém pela pesquisa de campo, foi possível perceber pouquíssimos participantes. Ainda, segundo a



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

coordenadora, os beneficiários do PSH e PMCMV2 são cadastrados no CRAS após a aquisição da casa no condomínio e há prioridade na inscrição deles nos projetos oferecidos pela entidade, devido suas vulnerabilidades sociais. Referiu-se também à existência de visitas de assistentes sociais aos moradores, de acordo com a necessidade e a solicitação das famílias. Porém, o processo de acompanhamento de assistência social se dá, majoritariamente, através das reuniões do PAIF com a técnica de referência em psicologia.

Pelo que se pode observar, existem projetos do CRAS que visam a melhoria de vida dos inscritos, porém, além dos moradores do conjunto habitacional terem pouca participação, não há relatos de visitas assistenciais ou incentivos diretos para o desenvolvimento social e econômico. Desta forma, se faz necessário analisar os objetivos dessa política pública de assistência social no município para projetar implementações, visto que os principais interessados não estão sendo atendidos de forma efetiva. De acordo com Secchi (2012), essa fase de implementação é essencial, visto que é o momento em que se observam as falhas do projeto inicial e se fazem os ajustes necessários.

A ação dos agentes governamentais nos projetos habitacionais se expressa como um ato que visa atender, até mesmo, aos direitos humanos, ao passo que percebe um lugar adequado para se viver como um item essencial para facilitar tanto o acesso a serviços básicos de saúde, educação e saneamento, quanto para melhoria da participação social e das condições de empregabilidade (MARRA, 2010). Porém, percebe-se que nem todos esses planejamentos foram alcançados no condomínio, ao passo que poucos possuem emprego fixo, formação acadêmica e/ou profissional e melhoria na condição de renda.

Até o presente momento da pesquisa, percebe-se também a situação de pobreza dos moradores do condomínio, levando-se em consideração não apenas a falta de recursos materiais e econômicos, mas dada a observação das condições de moradia, da empregabilidade, da formação escolar e profissional, da falta de oportunidades de progresso pessoal e da não satisfação de necessidades básicas monetárias ou não monetárias (JANUZZI et al., 2014). Assim, notou-se no condomínio, a presença de duas caracterizações de pobreza, segundo Hagenars e De Vos (1988 apud MARTINI, 2010): a pobreza relativa que acontece quando o indivíduo tem menos posses que os demais membros da sociedade e a subjetiva, caracterizada pela autodenominação do indivíduo como pobre ao não ter condições de satisfazer suas necessidades.

Não ter poder aquisitivo para acesso a bens materiais é visto como uma das vertentes para a caracterização de pobreza, mas não é a única. Os resultados obtidos com o estudo até o momento têm relação com as considerações do PNUD (1997 apud VIEIRA et al., 2012) que tratam dos múltiplos aspectos da pobreza, como, por exemplo, a insuficiência de renda, a falta de poder aquisitivo, educação e serviços básicos precários, a exclusão social e o roubo da confiança e da dignidade. Muitos desses aspectos foram observados na pesquisa, o que demonstra a realidade de pobreza e exclusão em que os beneficiários ainda se encontram, mesmo após a aquisição da casa própria. Deste modo, é possível constatar que além, de incentivo econômico, é necessário que se invista no desenvolvimento social dos indivíduos do conjunto habitacional.

Através desses dados, observa-se o fenômeno da exclusão social acentuada, em muitos casos, visto a falta de motivação para o progresso pessoal e social. Como explanado, anteriormente, os desejos e motivações da maior parte dos indivíduos são considerados como itens para



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

realização das necessidades mais básicas do indivíduo, sendo estas as fisiológicas e as de segurança. Não há muita perspectiva de lutar por um futuro melhor ou por qualificação profissional e pessoal. O que se observou, com bastante frequência, foi uma espécie de conformismo em relação à pobreza e à exclusão social em que vivem.

Um dos maiores problemas dessa situação é o processo cumulativo da exclusão social e da miséria, que tende a seguir de geração em geração ao longo do tempo, o que põe em situação de risco os filhos desses moradores. Dessa forma, a exclusão social, a baixa escolaridade, o subemprego, o desemprego, a desigualdade, a discriminação e a pobreza continuarão crescendo em detrimento da situação atual em que vivem essas famílias, atualmente. Mais uma vez, é necessário ressaltar o papel fundamental do poder público como agente ativo na implementação dessa política pública social, para que esse fenômeno não continue a se alastrar e a afetar tantas famílias como se vê hoje.

A desigualdade social, como um processo de diferenciação social (SALGADO, 2010), afeta esses moradores de forma perceptível à maioria deles, ao passo que os demais integrantes da sociedade os percebem de forma diferenciada, na maioria das vezes, de modo negativo. Sabendo que a desigualdade social perpassa por diversos âmbitos, de acordo com a pesquisa, observou-se que, na maioria das vezes, a população do condomínio popular se vê em uma situação desigual na questão educacional, profissional, econômica e mesmo habitacional. De acordo com a pesquisa, apenas 2,3% acreditam que a sociedade os percebem de forma melhor por possuir uma casa própria. O índice de percepção de discriminação é bastante alto, ou seja, 72,66% acreditam que a sociedade os discrimina por residir no condomínio popular. Observa-se, muitas vezes, que boa parte da sociedade tende a enxergar o pobre como um indivíduo aquém de possibilidades de melhorias ou desprovido de competência necessária para melhorar sua realidade. Outras vezes, são julgados, condenados e isolados por possuírem menos renda ou mesmo por fazerem parte de uma comunidade em área de risco.

Ainda, um dos objetivos do projeto é viabilizar a melhoria da qualidade de vida através de ações de educação ambiental, sanitária e de incentivo de geração de renda. Tal objetivo não tem sido atendido. Nisto, percebe-se, novamente, a falta de integração entre programas e projetos públicos que beneficiem esses moradores, dando-lhes oportunidades de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Mais uma vez, os resultados demonstram falhas no que tange a atendimento dos objetivos gerais da política habitacional social que, teoricamente, não busca apenas garantir a posse de uma moradia ao beneficiário, mas sim garantir que se desenvolva e, conseqüentemente, gere desenvolvimento à cidade e a toda a sociedade. Desta forma, é perceptível o entendimento de que nenhuma localidade possui condições de se desenvolver potencialmente quando não direciona corretamente suas políticas a fim de gerar justiça, equidade e inserção social à sua população.

Apesar do objetivo dessa política pública social de habitação ser o desenvolvimento de seus beneficiários e sua ascensão em todos os âmbitos da sociedade, percebe-se que falta, neste ambiente, de sistemas de proteção social capazes de eliminar essa idealização discriminatória que se formou para com os moradores do condomínio popular da cidade. Segundo a coordenadora do CRAS, a exclusão social acompanhada da discriminação social, como em todo o país, ainda é grande na cidade, até mesmo por uma questão cultural, mas desde 2010 com a implantação do CRAS, a Secretaria Municipal de Assistência Social ganhou um novo olhar e vem a cada dia desmistificado essa cultura exclusiva. Ainda afirmou que, através do Programa de Proteção de Atendimento Integral à Família, as famílias em vulnerabilidade estão sendo inseridas nos programas e orientadas a se posicionar melhor na sociedade, na busca dos seus



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

direitos. Porém, segundo os resultados da pesquisa, não há melhoria na realidade social dos indivíduos pesquisados, até mesmo, porque nenhum respondente se declarou participante desse tipo de ação do CRAS. Ainda 39,84% da população pesquisada declara já ter sido alvo de algum tipo de discriminação em diferentes âmbitos

A coordenadora atual do programa habitacional relatou ter fiscalização para controle e/ou melhorias do Programa na cidade, porém esse dado é contrastante com a resposta dos moradores que dizem não ter tido nenhum tipo de fiscalização ou pesquisa para melhorias no condomínio desde que moram na casa popular.

Para a coordenadora dos programas a garantia de uma moradia digna através do projeto de política habitacional popular gera melhor qualidade de vida para as famílias beneficiadas, tirando-as de áreas de perigo e situações sociais de risco. Ela acredita que os objetivos do projeto de habitação na cidade estão sendo alcançados, garantindo maior conforto, segurança e bem estar para os habitantes, porém percebe problemas na fiscalização, que nem sempre consegue ser efetiva de forma que os beneficiários originais sejam aqueles que realmente necessitam da casa popular segundo o estudo da renda.

Não há planejamentos para implementação de melhorias no condomínio popular quanto à opção de lazer, educação ou mesmo estrutura urbanística. Também não há previsão de construção de mais casas populares no condomínio Parque Morada Real, em contrapartida a coordenadora afirma estar habilitando, atualmente, um projeto habitacional popular pelo PSH para a construção de 52 casas na cidade, nas áreas urbana e rural.

Entende-se que uma política habitacional deve não apenas visar a entrega de uma casa própria a seus beneficiários, mas sim, integrar a capacidade e as particularidades dos indivíduos atendidos, para que haja desenvolvimento socioeconômico gradativo, tanto para os beneficiários, quanto para sua família, para a sociedade e para a própria cidade em que vive. O que se percebe, porém, no condomínio popular, é a falta de atenção do poder público para com os beneficiários após a entrega da casa própria em muitos quesitos, destacando-se então o desenvolvimento socioeconômico, a fiscalização, controle e implementação dos programas.

Considerações Finais

Segundo Secchi (2012), a política pública tem o objetivo primordial de combater um problema público. No caso da política habitacional, nasce com o objetivo de sanar o problema do déficit habitacional. O déficit habitacional, por sua vez, pode ser expresso não apenas pela falta de moradia, mas pela falta de moradia adequada para a sobrevivência digna, segura e com serviços básicos de boa qualidade. Desta forma, avalia-se que o condomínio popular da cidade não tem atendido às expectativas de sanar o déficit habitacional da cidade, ao passo que não tem possibilitado serviços de saneamento básico de qualidade, formas de desenvolvimento socioeconômico para os beneficiários e nem mesmo a estrutura urbanística e física de uma casa que corresponda à definição de moradia digna, muito embora os beneficiários prefiram morar no condomínio, pois saíram do aluguel.

Assim, analisa-se que se os objetivos iniciais dos Programas habitacionais estivessem sendo devidamente atendidos, haveria menos desistência ou desejo de desistência da residência, maior valorização dos indivíduos do local, menos taxa de desemprego e maior inserção social. Porém, todos os resultados obtidos com a pesquisa levam a se perceber exatamente o contrário. O que



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

refuta tanto a afirmação da coordenadora do CRAS, quanto da coordenadora dos programas habitacionais da cidade ao dizer que os resultados almejados têm sido alcançados.

A realidade observada assusta à medida que se percebe que o conjunto habitacional popular da cidade detém tantos problemas e tão poucos resultados positivos na vida dos beneficiários. São habitantes que, em sua maioria, não voltaram a estudar, não tiveram aumento significativo em suas rendas familiares, não conseguiram empregos dignos, não possuem condições de fazer ajustes estruturais nas casas para acondicionar com conforto suas famílias, são discriminadas pela sociedade, não possuem entrosamento social e não têm desejo de se estabelecer no local por longo tempo.

Falta fiscalização e medidas tanto protetivas quanto preventivas para que esses beneficiários possam desenvolver seu potencial diante da sociedade, vislumbrar novas perspectivas de vida e sair da zona de exclusão, desigualdade e pobreza em que vivem. Este processo, por sua vez, não deve ser observado apenas como uma obrigação do Estado, mas sim de toda a sociedade, que precisa entender seu papel na busca pelos parâmetros de justiça, igualdade e equidade que todos tendem a desejar, mas, muitas vezes, nada fazem para efetivá-los no local onde vivem.

A respeito dos percalços a serem superados, constatou-se que, embora os programas supracitados possuam capacidade de gerar avanços sociais e econômicos dos indivíduos atendidos, ainda existem problemas oriundos da falta de participação e atenção do poder público quanto à realidade desses moradores, mas também da sociedade que, por muitas vezes, acredita que não precisa se posicionar como agente ativa na construção de resultados benéficos. Dessa forma, necessita-se que haja a compreensão da capacidade dos beneficiários, do poder público e da sociedade de juntos modificarem a situação desfavorável que se verificou, a partir desse estudo.

Referências

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONCA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, Feb. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de janeiro de 2015
- CARDOSO, Luana Prado. Relações cotidianas e a estruturação urbana de Belo Campo / BA. In: II SIMPÓSIO CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DA BAHIA. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2011, Vitória da Conquista. Anais... Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3655/3340>>. Acesso em março de 2016
- DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1995. Disponível em: <<https://systemundb.files.wordpress.com/2013/09/demo-pedro-metodologia-cientifica-em-ciencias-sociais.pdf>> Acesso em: 02 de janeiro de 2016.
- DUBIEL, Sonise Aparecida; RAIHER, Augusta Pelinski. Desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná: evolução e determinantes. *Informe Gepec*, Toledo, v. 17, n. 2, p. 6-22, jul./dez. 2013. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/7707/7264>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.
- FERRAZ, Deise Luiza da Silva; O Olhar da Mulher sobre a Exclusão e a Inclusão Social: Depoimentos das Praticantes da Economia Popular Solidária.. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30. , 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-aps-1601.pdf>>. Acesso em: 29 de janeiro 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. Estados – síntese Bahia. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfi.php?lang=&sigla>>



35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

=ba> Acesso em 10 de janeiro de 2016.

JANUÁRIO, Susana; MENDES, Maria Manuella; FERREIRA, Helder Rodrigues; SAMAGAIO, Florbela; RODRIGUES, Eduardo Vitor. A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. 1999. Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, n. 9, 1999, p. 63-101. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8578/2/1468.pdf>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

JANUZZI, Paulo de Martino; SOUSA, Marconi Fernandes de; VAZ, Alexander Cambraia Nascimento; FONSECA, Julio Cesar Gomes; BARBOSA, Marcia Valéria Sousa. Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. (Org.). O Brasil sem miséria. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. 725p. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/sites/default/files/documentos/livro_o_brasil_sem_miseria_final_0.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 24, p. 9-74, aug. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 de agosto de 2015.

LIMA, Pedro Baratti. Risco e potencialidade do combate à exclusão social em municípios do sul de Minas Gerais. Lavras, 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras-MG. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2550/1/DISSERTA%20C3%87%C3%83O_Risco%20e%20potencialidade%20de%20combate%20C3%A0%20exclus%C3%A3o%20social%20em%20munic%C3%ADpios%20do%20sul%20de%20Minas%20Gerais.pdf>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

MARRA, Natália Cardoso. Políticas públicas de habitação e a efetivação do direito social e fundamental à moradia. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 19. , 2010, Fortaleza. Anais... Fortaleza, CONPEDI: 2010. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3309.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

MARTINI, Ricardo Agostini. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza. Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 24 (2), p. 81-102, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/8147/7859>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. Revista da FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012. Disponível para acessos em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/07.pdf>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

SALGADO, J.A. Desigualdade social. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/127.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto de 2015.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/282771344/CHY-Sen-Aula-8#scribd>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

VASCONCELLOS, Marcos Antônio S.; GARCIA, Manuel E. Fundamentos da Economia. Saraiva, 1998. Disponível para acesso em: <<https://vademecumdireito.files.wordpress.com/2013/04/vasconcellos-e-garcia-fundamentos-de-economia-1.pdf>>. Acessos em 10 de novembro de 2015.

VIEIRA, Carine de Almeida; MARIN, Solange Regina; PORSSE, Melody de Campos Soares; OTTONELLI, Janaina; GLASENAPP, Sirlei. A Concepção da Pobreza como Privação de Capacitações e as Políticas Públicas: uma Proposta de Medida Multidimensional para o Município de Silveira Martins – RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 2012, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2012. Disponível em: <<http://www.anpad>>.

17^A
21
OUTUBRO

SEMAD
XVIII SEMANA DO
ADMINISTRADOR DO
SUDOESTE DA BAHIA



ISSN:2358-6397

35 Anos de Administração no Sertão da Ressaca: histórias, contribuições e perspectivas.

org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG287.pdf>. Acesso em: 5 de novembro de 2015.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamentos e métodos. 2 ed. Porto Alegre. Bookman, 2001. Disponível em: < https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2016.